

## **QuilomboCast: de resposta emergencial a um processo de pesquisa em comunicação<sup>1</sup>**

Thiane de Nazaré Monteiro Neves Barros<sup>2</sup>  
Raissa Lennon Nascimento Sousa<sup>3</sup>

### **Resumo:**

O artigo apresenta os passos do projeto “QuilomboCast”, que começou em meados de 2020, como uma proposta de discussão sobre cuidados digitais com a juventude quilombola no Pará. Agora, a proposta se amplia como um projeto de pesquisa e extensão, para compreender a relação das comunidades quilombolas com os meios digitais, a partir de um processo de escuta, formações e debates, sobretudo, com mulheres paraenses. Como primeira etapa do projeto apresentamos um levantamento de dados sobre a internet no território paraense, o que demonstrar a precariedade das nossas redes de transmissão e acessos. A ideia é abrir a discussão no campo da comunicação afrodiaspórica, para entender tanto sobre processos de exclusão tecnológica na Amazônia paraense, como os meios de resistência e organização das comunidades em seus territórios.

**Palavras-chave:** Amazônia paraense; quilombos; comunicação digital.

### **Apresentação**

Os estudos sobre tecnologias digitais em territórios amazônidas não são recentes, mas sem dúvida alguma cresceram bastante, sobretudo os estudos desenvolvidos por amazônidas em suas diversas realidades, nos recentes e conturbados 20 anos. Essas pesquisas têm se transformado em "vozes" para o amplo alerta sobre as colonizações, minerações, vigilâncias e demais problemáticas relacionadas ao campo dos estudos digitais (BAÍÁ, 2012; MILHOMENS, 2012; COLFERAI, 2013; BARGAS, 2018; GAMA e SILVA, 2020) e somam-se às denúncias das explorações e destruições cometidas pelo estado brasileiro, pela iniciativa privada e pelo capital estrangeiro já há muitas décadas na região (ACEVEDO e CASTRO, 1998; ALMEIDA, 2013; CASTRO, 1999), bem como se propõem a tratar do assunto sem os históricos estigmas que recaem sobre os territórios daqui.

E então a ideia sobre o QuilomboCast surgiu a partir das problemáticas de comunicação digital em localidades do estado do Pará, como ideia de provocar a juventude quilombola para

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (Gig@-UFBA), no Grupo de Pesquisa NOSMULHERES Para a Equidade Racial (NOSMULHERES-UFPA). Coordenadora de Pesquisa no Instituto Da Hora. e-mail: [thiane.nb@gmail.com](mailto:thiane.nb@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação Comunicação e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Pará. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Cidadania Comunicativa e Educação: lutas por direitos na Amazônia (PPGCOM-UFPA). Pesquisadora no Instituto Da Hora. e-mail: [raissalennoncomunique@gmail.com](mailto:raissalennoncomunique@gmail.com)

---

um debate crítico que também perpassasse pelos cuidados digitais, ambientados em suas realidades, linguagens e estimular e provocar que elas formassem grupos em suas comunidades primeiro para identificarem seus territórios como produtores de saberes tecnológicos, e também para a promoção de formas de cuidado digital. Junto a isso, realizamos uma série de rodas de conversa sobre assuntos que variaram desde territorialidades até comunicação em plataformas digitais. O intuito era que estas rodas de conversa virassem episódios de podcasts realizados por essas jovens, entretanto, não conseguimos fazer os programas. Foram três meses de formação, com encontros de duas horas, duas vezes por semana, tudo on-line, no primeiro ano de pandemia (agosto a outubro de 2020). Para cada encontro, foram trazidas pessoas (todas mulheres) diferentes para facilitar as oficinas e rodas, todas remuneradas pela atividade e as próprias participantes receberam ajuda de custo para dados móveis sempre que precisassem.

Tivemos a nossa primeira experiência no ano de 2020 como resposta a uma convocatória de urgência feita pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais<sup>4</sup> por causa da pandemia de Covid-19. Desde então, aguardávamos uma nova oportunidade para uma segunda edição. Foi quando o projeto Emancipando Direitos<sup>5</sup> trouxe esta nova possibilidade para realizar de forma melhorada aquela primeira iniciativa feita dois anos atrás. O intuito agora é desenvolver uma pesquisa mais robusta voltada para compreender melhor como o funcionamento da internet tem servido à população quilombola do estado do Pará, a partir da escuta de quilombolas. O projeto integra uma rede de pesquisas que acontecem em diferentes localidades da Amazônia e o objetivo é compreender, a partir dos levantamentos de dados sobre internet no Pará, não só como de fato chega a internet nessas localidades, como investigar como são os usos, ampliar essa interação, escutar e trazer para as discussões, jovens quilombolas, jovens de áreas de periferias urbanas de Belém e também mulheres mais velhas (que reclamam com toda razão a falta de inclusão nesse debate).

O QuilomboCast, enquanto projeto/trabalho de pesquisa, tem a pretensão de ser mais um dos estudos mencionados e o que trazemos neste artigo é a construção desse trabalho, ainda em fase inicial (primeiro trimestre na ocasião da submissão deste artigo). O texto aqui apresentado está organizado em duas partes principais, sendo a primeira parte um relato da

---

<sup>4</sup> Rede composta por organizações e mulheres que atuam desde 2018 no campo do ativismo, direitos digitais e cuidados integrais, destinada à grupos de mulheres, negros/negras, comunidade LGBTQIA+ e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e ribeirinhas).

<sup>5</sup> O Emancipando Direitos é uma iniciativa do Instituto da Hora, organização focada em projetos que discutem sobre emancipação dos direitos digitais do Brasil, com recortes de raça, gênero, orientação sexual e territorialidades.

experiência de organização e realização da primeira versão do QuilomboCast em 2020. Já na segunda parte trazemos a construção deste projeto de pesquisa com algumas das metas traçadas até aqui, é uma apresentação de caminhos, ainda sem resultados (provavelmente na ocasião do Congresso já teremos os primeiros mapeamentos), mas trazendo para o campo afrodiaspórico, um debate amazônida sobre o nosso lugar nos estudos digitais, inclusive trazendo algumas referências que são clássicas nos estudos da negritude amazônida, sobre os quilombos no Pará e também pesquisas que já sinalizavam estes ciberativismos (SOARES, 2018). Por conta do processo ainda inicial, nossas conclusões são, na verdade, a reiteração da importância desses estudos estarem no horizonte do campo da comunicação afrodiaspórica, pois nossa contribuição reside exatamente na confluência de pensar o campo a partir de um território tão complexo.

### **Parte 1 - A experiência da primeira versão do QuilomboCast**

A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. (Beatriz Nascimento, 1989).

A Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará - a Malungu - cujo trabalho é em defesa e fortalecimento dos territórios quilombolas, calcula que existem 527 localidades autodeclaradas como quilombolas no estado e, apesar de ser um estado com grande quantidade de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares e tituladas pelo INCRA, o processo de titulação não é algo rápido e simples. Pelo contrário, além de demorado, exige uma série de etapas até que a comunidade obtenha todos os documentos legais. Segundo a Malungu<sup>6</sup>, até junho de 2021, a situação dos processos de certificação de comunidades remanescentes de quilombo do Pará era a seguinte: 264 comunidades quilombolas certificadas; 1 comunidade quilombola com processo em análise técnica; 5 comunidades quilombolas com processos com documentação pendente<sup>7</sup>. O quilombo de Cachoeira Porteira, no município de Oriximiná é o maior já titulado no Brasil, com 225 mil hectares e 145 famílias (PORTAL AMAZÔNIA, 2021) e o que marca esta organização é justamente o território. É este o “princípio organizador”, segundo a geógrafa Maria Albenize Malcher:

Muitos destes territórios têm suas origens em comunidades negras rurais, terras de preto, terras de Santo, mocambos e quilombos, esta diversidade de

<sup>6</sup> Site da Malungu: <https://malungu.org/>

<sup>7</sup> Disponível em <<https://malungu.org/comunidades-1/>> Acesso em 14 de julho de 2022.

---

denominações refere-se a um ou vários grupos que mantêm suas tradições e a forma comunitária de uso e ocupação das terras, o que na sua condição étnica e historicamente particular os diferencia de outros processos de apropriação do território, mesmo que apresente elementos comuns a outros grupos na forma que se conduz as relações de trabalho, a religiosidade e a manutenção da família como unidade primária de produção e reprodução (MALCHER, 2011, p.64).

Dialogar com quilombolas é falar com pessoas racializadas, e em se tratando de Amazônia, a racialização é negra e indígena e as cosmovisões muitas vezes também se atravessam de forma a contar sobre a complexidade destes territórios. E se a dimensão quilombola não está condicionada ao espaço físico (RATTS, 2006), mas a uma amplitude de resistência negra, então temos certamente uma região muito mais quilombola do que as comunidades oficialmente certificadas e com terras tituladas.

Foi considerando isso que em julho de 2020 respondemos à convocatória da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais como uma resposta às emergências da pandemia de Covid-19, naquele momento o intuito foi de reunir mulheres jovens quilombolas do Pará e algumas jovens de um bairro da periferia de Belém, o bairro do Guamá, para formações sobre oficina de cuidados digitais. Junto a isso, fazer uma formação política a partir de temáticas como territórios, cuidados integrais, os movimentos quilombolas nas mídias digitais, tecnologias, seguranças, relações com o aparelho celular, formação de comunidades, geração de renda, etnomídia e oficinas sobre escrita de texto para ambientes digitais, características de redes sociais (Instagram e YouTube) e sobre o WhatsApp.

Pela quantidade de denúncias de invasões, ataques e golpes digitais que foram feitos em 2020 e as fragilidades e vulnerabilidades agravadas pela crise sanitária, era importante que estas comunidades conhecessem mais sobre comunicação digital tanto para incrementar suas redes, quanto para denúncias e ações políticas em prol de seus territórios. A demanda existia e foi identificada anos atrás durante as mobilizações pela Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver<sup>8</sup> e durante a Jornada Emergencial também organizada pelo Comitê Impulsor da Marcha no Pará em 2020 que objetivou dar apoio às famílias negras e refletir sobre os cinco anos da marcha.

Para divulgar e selecionar as participantes, fizemos uma convocatória (FIGURA 1) junto com o CEDENPA e o Espaço Cultural Nossa Biblioteca do Guamá (ECNB) para jovens do Pará anunciando 15 vagas para mulheres entre 16 e 25 anos, sendo 10 para a juventude

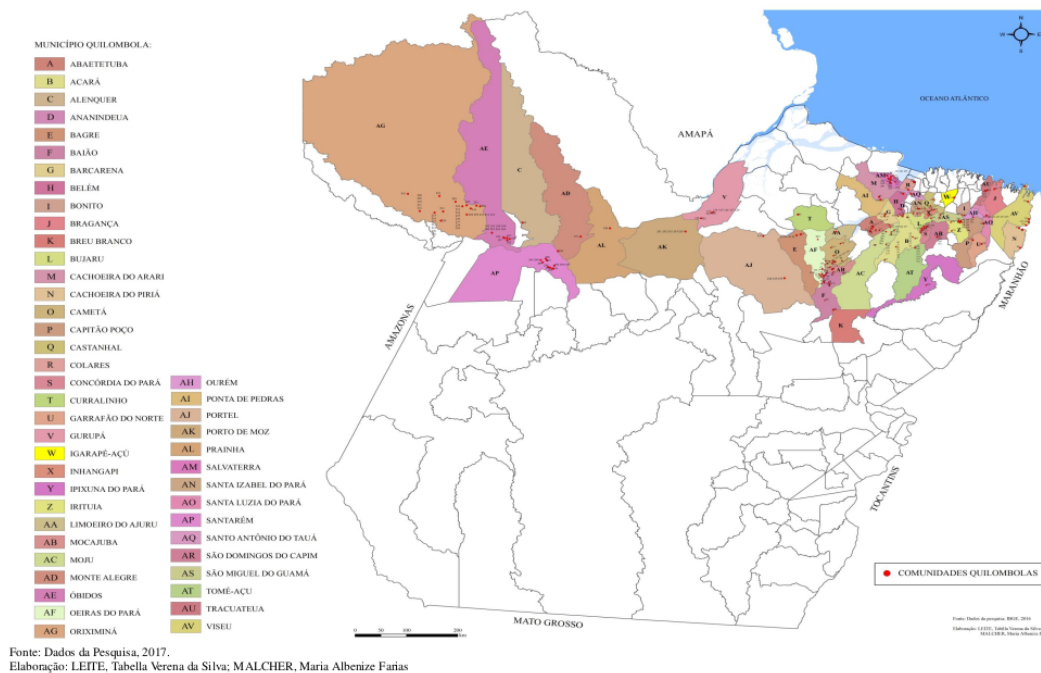
---

<sup>8</sup> A Marcha das Mulheres Negras aconteceu dia 18 de novembro de 2015, em Brasília, e reuniu 50 mil mulheres negras e mais centenas de aliados para marchar “Contra o racismo e a violência e pelo bem viver”.

quilombola e 5 para a comunidade da biblioteca comunitária que fica na periferia de Belém. Nesse processo de mobilização foi fundamental a parceria de ambas as entidades que já possuem vasta experiência na comunicação e mobilização comunitária, conhecem bem os movimentos das comunidades e as formas como elas desestabilizam o senso comum externo sobre serem isoladas e primitivas.

Como havia, naquele momento, uma intensa cobrança por uma comunicação digital massiva e houve também um *boom* na criação e na audiência de podcasts, uma notícia veiculada no Jornal O Liberal de 26/06/2020 informava que uma pesquisa do Deezer identificou que a Região Norte foi a região que passou a ouvir mais podcasts durante aquele período de pandemia, por 55,7% de menção entre os respondentes. Então, como resultado do processo, pretendemos produzir uma série de podcasts para veicular por WhatsApp para algumas comunidades quilombolas no estado do Pará (MAPA 1) a fim de orientá-las sobre estratégias de segurança digital e cuidados integrais que as auxiliassem durante e no pós-pandemia. As comunidades quilombolas participantes foram Quilombo da Pimenteira, Povoado de Mupi, Quilombo do Umarizal, Comunidade Quilombola de Murumuru e Comunidade de Ariri.

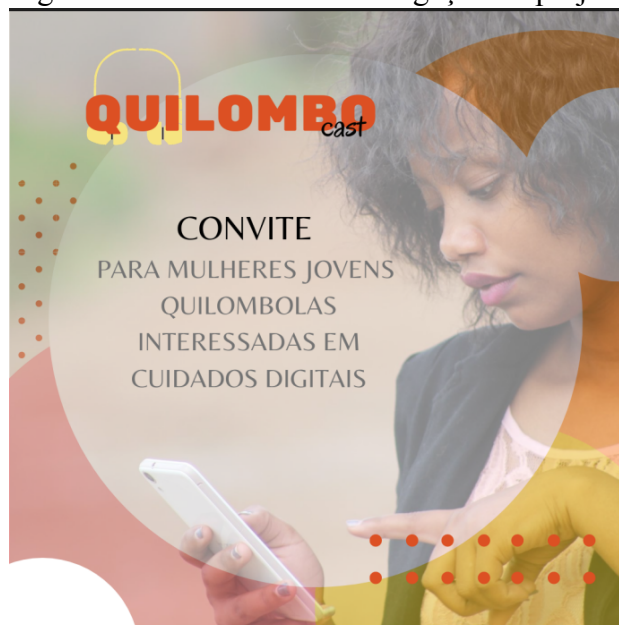
Mapa 1 - Comunidades Quilombolas do Estado do Pará



Legenda: Mapa elaborado pela geógrafa e pesquisadora Profa. Dra. Maria Albenize Malcher (2017).

À mentoria do projeto coube elaborar metodologia, organizar toda a infraestrutura, conteúdos e facilitadoras dos encontros, pois o intuito de fortalecimento era também para que mulheres que estavam envolvidas com os movimentos de cuidados com as comunidades mesmo estando fora delas, pudessem ser remuneradas pelo trabalho realizado no projeto. Como metodologia, além do modo remoto, foi estabelecido que cada encontro duraria duas horas e o conteúdo foi todo articulado com os interesses das participantes, bem como o cronograma e os dias de encontro. Estávamos em meio a um processo exaustivo de notícias, lutas, reordenação da vida, era preciso trabalhar com muito cuidado, muita escuta e acima de tudo com o consentimento de cada integrante, para não sobrecarregá-las ainda mais.

Figura 1 - Convocatória e divulgação do projeto



ESTÁ NO AR O PROJETO QUILOMBOCAST!

Um projeto voltado para jovens mulheres negras quilombolas e guamaenses do Pará e do Tocantins para fazermos juntas uma imersão em podcasts, tecnologias e cuidados digitais e integrais. Bora? O objetivo é proporcionar uma imersão com tecnologias digitais, cuidados digitais sem que isso seja apartado das tecnologias já existentes nos territórios e dos cuidados de si mesma como cuidados integrais.

Serão 17 encontros GRATUITOS na modalidade on-line e com assuntos diversos, todos pra lá de interessantes, espia só: rodas de conversa e oficinas sobre Território, Tecnologias, Comunidades, Cuidados integrais, Mídias digitais, Etnomídia, Algoritmo, rastros digitais e privacidade, Podcast, WhatsApp, Instagram, YouTube, Escrita de texto para ambientes

digitais, entre outras coisas. Esses encontros virarão programas de Podcasts.

Nossos encontros são de 29 de agosto a 31 de outubro de 2020 e acontecerão toda semana às 4as e sábados, com a duração de 2horas. A plataforma e o link serão enviados às inscritas quando o grupo estiver fechado.

São 15 vagas para jovens mulheres na faixa etária de 16 a 25 anos. Sendo 10 vagas para juventude quilombola e 5 para a comunidade do Espaço Cultural Nossa Biblioteca do Guamá em Belém. Como estamos em tempos de buscar garantir nossa segurança nas ruas e na internet, as vagas são preenchidas por indicação do CEDENPA e do ECNB

Na avaliação feita ao final do processo, ficou evidente que uma segunda oportunidade seria bem-vinda, inclusive para sanar o compromisso de termos um material em áudio com o protagonismo quilombola, como um podcast, que pudesse circular entre as comunidades, entretanto, mesmo com essa falha no desenvolvimento do projeto, as participantes o avaliaram como importante para suas formações e que participariam em caso de uma nova edição em formato de minicurso.

## **Parte 2 - As transformações em projeto de pesquisa QuilomboCast**

Como definir e/ou dimensionar o tempo? Ou seja, onde começam e terminam o passado e o presente e onde começa o futuro? (Antonio Bispo dos Santos, 2015)

Existe um estigma sobre a Amazônia e seus povos tradicionais que de coisa antiga, ligado ao primitivo, ao passado. Esse discurso está nas artes, nas ciências, nas literaturas e no imaginário brasileiro como uma enraizada perspectiva colonizatória e isso reflete no que é considerado como “moderno”, “inovador”, “futurista”, como se a Amazônia não tivesse espaço para o futuro e suas urbanidades ou campos/ruralidades fossem uma e suas tradições fossem limitadas a uma conexão com “a origem do mundo”, diante disso, as inclusões são deixadas para depois, quase sempre por último.

A primeira tentativa de inclusão digital feita como política de comunicação no Pará, foi o projeto NAVEGAPARÁ, criado em 2007, com o objetivo de democratizar o acesso à internet nos municípios paraenses (BAÍIA, 2012) e conforme os infocentros eram criados, o material disponibilizado não passava de uma cópia do Guia para a Inclusão Digital (2008) que pretendia “subsidiar os usuários quanto às características gerais do NavegaPará, orientações sobre o uso do infocentro e o conteúdo programático para a oficina de informática básica a partir de software livre” (BAÍIA, 2012, p.72) e cada infocentro tinha autonomia para estabelecer seus próprios processos. Não havia uma preocupação em formação técnica e política para os usos, nem para o entendimento comum de que o NavegaPará se tratava de uma política pública de comunicação.

Desde então, existe uma grande propaganda governamental com a narrativa de “conectar a Amazônia”, e com a promessa de internet banda larga e acesso nas áreas mais “remotas” da região. No entanto, o debate sobre conexão parece mais servir aos interesses do capital e das grandes empresas (BigTechs) do que realmente atender as necessidades das

---

comunidades que aqui vivem. Ao mesmo tempo, as populações do Norte recebem os piores índices de infraestrutura de internet em relação ao restante do país. Esse contexto de desigualdade não difere de outras áreas como, saneamento básico, educação, saúde, fornecimento de energia elétrica, entre outras necessidades.

Há décadas os governos brasileiros tentam leiloar a Amazônia a fim de integrá-la ao mundo e ao próprio Brasil. No entanto, essa integração nunca leva em conta as populações que moram nos territórios da região, as expedições científicas, as etnografias naturalistas, e demais inovações econômicas e tecnológicas não incluem diálogos, são implementadas com base em deduções de cunho colonizatório que alimenta o estigma de que as populações racializadas não tem competência política. O que é uma grande falácia.

Por conta deste tipo de recorrência, projetos de tecnologia que visam compreender os aspectos sociais desses acessos, usos (e resistências) apresentados por pessoas da própria Amazônia estão cada vez mais comuns, porque não é possível que tanta destruição siga em frente. Ouvir, conversar, compreender o que querem e o que precisam, como precisam, como usam, como os povos da Amazônia paraense acessam a internet e os espaços digitais como sites e blogs, aplicativos mensageiros, e-mails, redes sociais, portais de notícias.

No começo do NavegaPará, o acesso à internet no Brasil era basicamente pelo computador, e era bastante caro, quase que inacessível para classes CDE. Em 2005, Belém (11%) e outras cidades nortistas (8%) ficavam abaixo da média quanto ao uso do computador em ambiente doméstico (CGI, 2005) e já naquele primeiro relatório ficava evidente que as políticas de posse não garantiam o acesso. Com a popularização dos smartphones e as exigências de cobertura feitas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o cenário de acesso mudou bastante, e também impactou nos usos, tanto é que a TIC DOMICÍLIOS 2020 traz que 67% das mulheres negras entrevistadas usam apenas o telefone celular para acesso à internet e é mais grave do que isso:

Para tentar entender como comunidades quilombolas estão se informando e enfrentando o coronavírus, o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) ouviram membros de 29 comunidades em 11 estados, das cinco regiões do Brasil. Manifestando em comum o acesso limitado por franquia de dados e modalidade pré-paga nos planos móveis, além de baixa qualidade de sinal, os relatos contaram que a população quilombola se informava sobre a COVID-19 por rádio, TV e, sobretudo, por aplicativos de troca de mensagens e redes sociais, o que dificulta sua condição de receber informações seguras sobre o vírus (Borges, Baster, & Dealdina, 2020). (BARBOSA, 2021, p.98)



---

Ou seja, a situação de vulnerabilidade quanto ao direito à comunicação ficou ainda mais latente. Como forma de diminuir os danos dessas brechas, entidades como a Conaq, a Malungu, o CEDENPA e o Observatório do Marajó assumiram responsabilidades com essas comunidades. Mobilizaram formas de se comunicar com comunidades onde a internet é mais precária do que o padrão de precariedade estabelecido nacionalmente.

Estamos no terceiro ano de pandemia e um combo de tentativas do governo federal para destruir direitos dos povos indígenas e quilombolas (de todo mundo, na verdade). Então com todas as reflexões feitas durante a pandemia e com todas as denúncias desse “atraso” da Amazônia sobre a distribuição de uma internet de qualidade, o que tem mudado? Mudou algo? Muitos coletivos e organizações que nasceram em territórios quilombolas no Pará já tinham perfis e interações em redes sociais há muito tempo e muito do movimento quilombola está também na luta pelo reconhecimento em diversos espaços digitais, como apresenta Janine Bargas (2018), mas acreditamos que para entender melhor esses fenômenos é preciso uma intensa dedicação para conhecer aspectos infraestruturais na região e nos territórios a serem pesquisados:

Convém aqui ressaltar que o ciberativismo praticado na Amazônia, em termos de infraestrutura e políticas públicas de inclusão digital, não pode ser comparado com a atividade realizada em outras regiões do país. Não se trata aqui da atuação dos militantes, mas da tardia política de inclusão digital e da ineficiente infraestrutura telecomunicacional dessa região, ou seja, a “banda larga ainda não chegou de fato na Amazônia”. E para que se possa fazer downloads, uploads, compartilhar arquivos e acessar vídeos on-line e outros, o ideal é que a navegação seja de alta velocidade, mas para que se tenha essa conexão veloz, a infraestrutura de telecomunicação precisa ser considerável e eficiente. (SOARES, 2018, p.08)

Por isso neste primeiro trimestre de projeto nos debruçamos sobre muitas perguntas cujas respostas iniciais nos levaram ao mesmo entendimento: precisamos ouvir, precisamos estudar que internet é essa. É fato que a precariedade de conexão nos quilombos ficou ainda mais evidente desde 2020 quando a pandemia de Covid-19 se alastrou pelo Brasil, exigindo distanciamento social, *lockdown* e a internet foi colocada como solução para a comunicação durante todo esse tempo em que o contato direto apresentava sérios riscos de contágio. Não fosse a auto organização dos movimentos quilombolas e a atenção das entidades parceiras, a visibilização e sensibilização para o socorro aos quilombos teria sido ínfima naquele momento.

A ANATEL informa que em 2020 os investimentos aumentaram e que a Amazônia também é inserida nestes novos investimentos, mas ainda assim o crescimento do Pará

---

continua menor que do Brasil como um todo. Até mesmo na última atualização do Submarine Cable Map 2 em Fevereiro de 2022, que apresenta a distribuição de cabos submarinos pelo mundo, o Brasil segue tendo cabos distribuídos no máximo pela costa Leste, sendo que a região Norte também é oceânica e internacional, mas do Nordeste em diante são os cabos terrestres que dão conta da distribuição das redes. Os cabos submarinos são fundamentais para as relações internacionais, velocidade, segurança, entre outras vantagens. Então, é preciso garantir que a fibra ótica chegue à Amazônia e que seja de alta qualidade também, não só de razoável capilaridade.

Para dar-nos um parâmetro sobre a realidade dessa distribuição, acesso e qualidade, a cidade de Oriximiná, onde fica o quilombo de Cachoeira Porteira, tem um território de 107.613,838 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 74.921 pessoas (IBGE, 2021)<sup>9</sup>, até abril de 2022 a banda larga fixa cobria apenas 1,1 a cada 100 domicílios, esta taxa é 94,4% menor que a média brasileira. E veja, Oriximiná tem uma certa tradição em formações quilombolas<sup>10</sup>, visto que é uma região que sempre foi refúgio de escravizados em fuga, e onde também havia uma considerável população indígena. E sendo uma região bastante racializada, apesar de também ser uma região com muitas fazendas e gente branca muito rica, a infraestrutura é precária em muitos níveis de descaso. Mesmo Belém sendo a capital do estado, uma cidade grande, com instituições científicas de reconhecimento internacional por sua inovação tecnológica e científica, com população majoritariamente urbana, possui uma distribuição 15% abaixo da média nacional.

Bom, é em face de todo esse cenário que, o que apresentamos nesta segunda oportunidade para o QuilomboCast é uma necessidade de aprofundar o debate político sobre a realidade digital em comunidades quilombolas no Pará e suas próprias leituras sobre estas realidades. Entre as políticas para povos e comunidades quilombolas estão as políticas públicas de regularização fundiária, saúde, educação, soberania alimentar e renda mínima (MALCHER, 2011, p.64), mas a internet como direito à comunicação ainda está pouco sinalizada, apesar de explicitada em diversos documentos de pesquisa. Ao considerarmos que esta resistência ultrapassa o fator físico e como muitos coletivos e muitas organizações criadas em comunidades quilombolas estão nas redes sociais (BARGAS, 218; SOARES, 2018), é preciso que compreendamos tudo que isso impacta e como debates como vigilância, segurança, racismo algorítmico (SILVA, 2020, 2022), reconhecimento facial (NUNES, 2019),

---

<sup>9</sup> Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/oriximina.html>> Acesso em 20 de julho de 2022.

<sup>10</sup> Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Oriximin%C3%A1>> Acesso em 20 de julho de 2022.

---

direito e autonomia digital (CORRÊA, 2021) somam às lutas pelos direitos à terra e ao território.

### Decisões metodológicas

Nesta segunda realização do projeto, ele ganha outra dimensão e desafios maiores, desde a questão epistêmica, quanto metodológica e ética também. É preciso trazer o protagonismo quilombola para a linha de frente desse debate, pararmos de falar pelas comunidades e, por isso, termos todo o cuidado para evitar atitudes colonizatórias e não reproduzir hierarquizações falaciosas, nas quais nem nós mesmas acreditamos, mas que pode acontecer pelo mau hábito acadêmico de tomar a fala “do outro”, como explica Malcher:

Ainda vigora no âmbito da espacialização das políticas para quilombolas, processos burocráticos capazes de excluir determinadas comunidades do acesso às políticas públicas e focalizar de maneira unilateral, um debate que deveria envolver uma pluralidade de temáticas. Tais processos não contribuem na redução da situação de vulnerabilidade social da população de remanescentes de quilombos e enfraquecem sua autonomia, saberes e tradição (2011, p.64).

Nossa proposta é atravessada por critérios de raça, classe, território e gênero, a partir de uma perspectiva de diálogo com mulheres quilombolas no Pará, e suas relações com as tecnologias digitais, considerando suas vivências e realidades amazônicas. A partir da pesquisa #QuemCodaBR<sup>11</sup> realizada pelas organizações PretaLab e ThoughtWorks (2018-2019), que apresenta dados sobre percepção x realidade em empresas áreas de tecnologia e dos 693 respondentes, apenas três são do estado do Pará. Mulheres também estão em menor quantidade nessas equipes (31%), bem como pessoas negras (36.9%). Entre estas pessoas, 65% moram nas capitais dos estados e as demais em cidades que também são grandes centros urbanos.

Neste primeiro trimestre, nos debruçamos a entender o cenário, os dados já disponibilizados por IBGE, TIC Domicílios, IDEC, PNAD, e este cenário é visivelmente excludente. Mulheres não são estimuladas em suas potencialidades enquanto agentes políticas que pensam, usam e/ou produzem tecnologias digitais, especialmente mulheres negras e que não estão nestes grandes centros, portanto, mulheres negras quilombolas da Amazônia paraense estão praticamente fora dessas oportunidades. Assim sendo, partimos justamente dessa pouca presença para perguntar: O que mulheres quilombolas do estado do Pará pensam, como usam, e como se articulam pelas tecnologias digitais em seus territórios?

---

<sup>11</sup> Disponível em <<https://www.pretalab.com/report-quem-coda>> Acesso em 14 de julho de 2022.

---

Como caminho de organização das etapas, nos dividimos da seguinte forma: 1) Estudo e análise do contexto amazônico-paraense no que diz respeito à governança da internet no estado, isto é, como está a distribuição de infraestrutura, o acesso e uso, os indicadores de território, as desigualdades digitais. Isto foi o que mais nos demandou visto que os dados são complexos de analisar e precisamos de vários indicadores para uma melhor noção das condições. 2) Articulação com duas organizações de relevância histórica dentro do território paraense – o Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará) e a Malungu (Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes do Quilombo do Pará). Com sede em Belém, o Cedenpa, em 2020, comemorou 40 anos de existência de atuação na luta contra as violências racistas que atingem as populações negras e indígenas da Amazônia. A Malungu, formada oficialmente desde 2004, atua na luta de homens e mulheres quilombolas para as garantias dos seus direitos territoriais reconhecidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988. A ideia é que a partir dessas organizações, possamos divulgar o projeto e dialogar com mulheres quilombolas.

A escuta deve acontecer de três formas: 1) questionário quantitativo que será destinado às mulheres que vivem em quilombos paraenses por indicação da Malungu e do Cedenpa, 2) grupo focal com algumas mulheres que participarem da primeira etapa com o questionário e 3) realização de oficinas para aprofundarmos o entendimento sobre os usos e apropriações tecnológicas dentro do território paraense. Com a análise dos questionários e dos circuitos seguintes, desejamos ter subsídios para a realização de materiais que abordem cuidados, direitos digitais e soberania digital em comunidades quilombolas do Pará.

O projeto também prevê a formação e realização de atividades envolvendo o debate da tecnologia na Amazônia nas comunidades quilombolas como no X Fospa (Fórum Social PanAmazônico), realizado em Belém, entre os dias 28 e 31 de julho de 2022. Em parceria com a Manga Negra, um coletivo independente que reflete sobre relações raciais na Amazônia. Para este momento, elaboramos a atividade autogestionada intitulada “Territórios amazônicos entre o direito à comunicação e a emancipação digital”, com o objetivo de discutir com as participantes do evento sobre a precária infraestrutura de internet em consonância com as discussões sobre mudanças climáticas, meio ambiente, e proteção da Amazônia. Queremos registrar a atividade e transformar em registros em áudio para a veiculação no Podcast Amazonista.s, um espaço que traz “vozes descoloniais de mulheres da Amazônia e olhares sobre meio ambiente, pessoas, inovação e tecnologia”.

---

Também na periferia de Belém realizaremos outra atividade com o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), que é uma coletiva feminista que desde 1986 realiza ações voltadas para a geração de renda, combate a violência de gênero, saúde da mulher, agricultura familiar e outros, com as quais faremos uma roda de conversa sobre “As tecnologias digitais e as relações familiares”, tema que nasceu de uma necessidade trazida pelas próprias mulheres sobre os limites dos usos tecnológicos, sobretudo da juventude, com celular e jogos digitais. O evento tem previsão de acontecer em agosto de 2022.

Além disso, as discussões travadas pelo projeto estarão em diálogo com outros eventos, como o CODA Amazônia (Conferência de Jornalismo de Dados), que será realizado nos dias 27 e 28 de julho, também em Belém e faz parte da pré-agenda do Fospa 2022.

Portanto, o esforço máximo do projeto é a escuta sensível e atenta de forma a obtermos resultados muito mais qualitativos do que quantitativos, estes as organizações da área já nos fornecem.

### **Reflexões e Encaminhamentos**

O contexto apresentado por Lélia Gonzalez em Racismo e Sexismo (1984) sobre a “negrada” estar sempre à margem da mesa mesmo quando o assunto da mesa é justamente a “negrada” é recorrente no Brasil e se repete também nos debates sobre direitos digitais, por isso nosso intuito de trazer o QuilomboCast para ser apresentado na primeira roda do GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico é termos a chance de discutí-lo entre pares e compartilhar o andamento do processo, com as idas e vindas que certamente acontecerão.

Neste momento ainda existem mais questionamentos e indignações do que respostas e resultados. Mas o cenário é inquestionavelmente problemático e tirá-lo da zona opaca é um dos propósitos éticos do QuilomboCast, bem como de outras dezenas pesquisas sendo realizadas por pessoas racializadas na Amazônia, que criticam e combatem os discursos que reiteradamente colocam nossa população tradicional às margens de uma possibilidade de futuro com direito à vida, à terra e à comunicação.

Os encaminhamentos apontados já devem ser apresentados com alguns resultados quando o Congresso acontecer, até lá teremos avançado mais.

### **Referências**

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: Guardiões dos matos e rios.

---

Belém: NAEA/UFPA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Em: ALMEIDA, Alfredo Wagner. FARIAS JR, Emmanuel de Almeida (orgs). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

BAÍA, Dayane. Políticas Públicas para a comunicação na Amazônia: o caso do NavegaPará. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BARBOSA, BIA. Brasil na pandemia: falta de conexão de qualidade e aumento das desigualdades. In: TIC Domicílios 2020: edição COVID-19. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. -- 1. ed. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em <[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic\\_domicilios\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf)> Acesso em: 18 de jul. de 2022.

BARGAS, Janine. Quilombolas do Pará e mídias digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento. Tese (Doutorado em Comunicação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

CASTRO, Edna. Terras de pretos entre igarapés e rios. Artigo parte integrante do relatório de pesquisa “quilombola de Bujará. Memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra” elaborado na pesquisa Mapeamento das comunidades negras rurais no estado do Pará. UNAMAZ, e no âmbito da pesquisa NAEA/UFPA, 1999.

COLFERAI, Sandro Adalberto. Isolamento revisitado: o acesso à internet na Amazônia brasileira urbana. Sessões do Imaginário. Porto Alegre: 2013.

CORRÊA, Bianca Kremer Nogueira. Direito e tecnologia em perspectiva africana: autonomia, algoritmos e vieses raciais. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2021.

CGI.BR. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2005. Disponível em <<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-2005.pdf>> Acesso em: 18 de jul. de 2022.

GAMA, Jader. SILVA, Fábio. Capitalismo de vigilância e seus nexos com a dependência tecnológica na Amazônia. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. 1984. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)> Acesso em: 20 de jul. de 2022.

PORTAL AMAZÔNIA. 2021. Disponível em <<https://portalamazonia.com/noticias/cidades/cachoeira-porteira-no-para-ja-e-a-maior-terra-quilombola-titulada-do-brasil>> Acesso em: 12 de jul. de 2022

IDEC. Acesso à internet na Região Norte. Disponível em <[https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec\\_pesquisa-acesso-internet\\_acesso-internet-regiao-norte.pdf](https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec_pesquisa-acesso-internet_acesso-internet-regiao-norte.pdf)>. Acesso em: 24 de jun. de 2022.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará. Dissertação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2011. Disponível em <<https://www.ppgeo.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2009/Maria%20Albenize%20Farias%20Malcher.pdf>> Acesso em: 14 de jul. de 2022.

MILHOMENS, Lucas. Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt01-2/7828-ciberativismo-na-amazonia-apontamentos-sobre-os-desafios-da-militancia-digital-na-floresta/file>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

NUNES, Pablo. Exclusivo: levantamento revela que 90,5% dos presos por monitoramento facial no Brasil são negros. 2019. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/11/21/presos-monitoramento-facial-brasil-negros/>> Acesso em: 20 de jul. de 2022.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kwanza: São Paulo, 2006

SILVA, Tarcizio da. Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade no Aprendizado de Máquina. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/744>>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

SILVA, Tarcizio. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. e-book Kindle. Edições SESC: São Paulo, 2022.

SOARES, Ana Caroline Albuquerque; RODRIGUES, Allan Allan Soljenítsin Barreto. Ciberativismo: um espaço alternativo de resistência dos quilombolas de Oriximiná, Pará. In: III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia - Manaus, 2018. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/iiisiscultura/trabalho/80361>>. Acesso em: 18 de jul. de 2022

TIC Domicílios 2020: edição COVID-19. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. -- 1. ed. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em <[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic\\_domicilios\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf)> Acesso em: 18 de jul. de 2022.